

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO.....	14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	18
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	20
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	20
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	22
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	23
12. ATIVOS DE CONTRATO.....	26
13. INVESTIMENTOS.....	28
14. IMOBILIZADO.....	37
15. INTANGÍVEIS.....	40
16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	41
17. FORNECEDORES.....	42
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	43
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	43
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	47
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	47
22. PROVISÕES.....	48
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	54
24. RECEITAS.....	54
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	57
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	59
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	60
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	63
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	74
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	76
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	77
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	85

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	312.816	301.696	239.993	226.830
Títulos e Valores Mobiliários	6	201.896	161.848	5.757	12.922
Consumidores e Revendedores	7	1.036.518	879.875	885.478	730.991
Concessionários - Transporte de Energia	7	77.007	71.164	77.077	71.236
Tributos Compensáveis	8	46.401	48.505	37.468	41.166
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	175.775	159.160	174.383	156.738
Dividendos a receber		98.513	98.842	110.842	98.842
Ativo Financeiro da Concessão	11	427.389	423.511	182.663	180.995
Ativos de Contrato	12	131.085	130.951	131.085	130.951
Adiantamento a Fornecedores		-	6.785	-	2.036
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.421	17.159	16.421	17.159
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28	75.496	69.643	75.496	69.643
Outros		97.878	168.167	84.661	154.619
TOTAL DO CIRCULANTE		2.697.195	2.537.306	2.021.324	1.894.128
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	6	28.372	21.498	788	1.709
Consumidores e Revendedores	7	14.346	5.020	3.755	5.020
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	2.404	-	-	-
Tributos Compensáveis	8	16.206	17.825	15.776	17.068
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9a	3.067	3.115	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	10	376.486	374.374	340.710	338.779
Valores a receber de Partes Relacionadas	27	1.042.893	921.288	1.045.723	927.913
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		21.671	22.981	21.671	22.981
Adiantamento a Fornecedores		-	87.285	-	87.285
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28	890.150	743.692	890.150	743.692
Outros		55.263	59.290	54.462	58.945
Ativo Financeiro da Concessão	11	4.136.818	4.097.935	1.955.500	1.931.521
Ativos de Contrato	12	961.859	998.359	961.859	998.359
Investimentos	13	4.257.192	4.205.308	7.694.187	7.488.441
Imobilizado	14	2.624.999	2.659.221	1.993.576	2.025.205
Intangíveis	15	193.293	197.583	30.034	30.715
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	16	58.486	-	56.963	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.683.505	14.414.774	15.065.154	14.677.633
TOTAL DO ATIVO		17.380.700	16.952.080	17.086.478	16.571.761

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	19	203.604	44.338	203.604	44.338
Debêntures	19	690.154	559.873	690.154	559.873
Fornecedores	17	344.024	484.726	329.087	436.114
Imposto de Renda e Contribuição Social	9b	42.594	112.057	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18	69.016	57.664	56.789	46.453
Encargos Regulatórios	20	154.944	139.457	146.748	131.615
Obrigações Pós-Emprego	21	57.922	57.052	57.922	57.052
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		660.068	660.068	659.622	659.622
Salários e Encargos Sociais		64.537	62.724	63.595	61.743
Adiantamento de Clientes	7	12.601	40.267	12.601	40.267
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16	14.694	-	14.100	-
Outras Obrigações		105.666	74.191	94.135	72.900
TOTAL DO CIRCULANTE		2.419.824	2.292.417	2.328.357	2.109.977
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	19	5.958.616	5.919.979	5.791.143	5.756.612
Debêntures	19	1.271.545	1.674.722	1.271.545	1.674.722
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	491.039	461.731	464.511	436.071
Impostos, Taxas e Contribuições	18	4.534	4.445	4.173	4.124
Encargos Regulatórios	20	51.459	59.349	46.396	54.048
Obrigações Pós-Emprego	21	1.026.345	1.019.794	1.026.345	1.019.794
Provisões	22	97.586	98.708	97.523	97.793
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	28	430.156	419.148	430.156	419.148
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16	44.343	-	43.396	-
Outras Obrigações		21.901	21.651	19.581	19.336
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.397.524	9.679.527	9.194.769	9.481.648
TOTAL DO PASSIVO		11.817.348	11.971.944	11.523.126	11.591.625
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital Social		2.600.000	2.600.000	2.600.000	2.600.000
Reservas de Lucros		2.362.614	2.362.614	2.362.614	2.362.614
Ajustes de Avaliação Patrimonial		14.120	17.522	14.120	17.522
Lucros acumulados		586.618	-	586.618	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.563.352	4.980.136	5.563.352	4.980.136
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.380.700	16.952.080	17.086.478	16.571.761

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
RECEITA	24	1.954.876	1.562.484	1.699.599	1.389.384
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(46.085)	(69.642)	(33.246)	(61.774)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(782.920)	(795.414)	(776.547)	(785.966)
		(829.005)	(865.056)	(809.793)	(847.740)
CUSTO	25				
Pessoal e Administradores		(68.731)	(60.494)	(64.157)	(55.471)
Materiais		(4.214)	(956)	(3.621)	(598)
Serviços de Terceiros		(18.762)	(10.325)	(10.243)	(8.356)
Depreciação e Amortização		(43.223)	(35.195)	(34.977)	(35.154)
Provisões Operacionais, líquidas		(2.405)	(3.956)	(3.257)	(3.956)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(28.087)	(1.063)	(28.087)	(1.063)
Outros Custos Operacionais		775	(40)	33	168
		(164.647)	(112.029)	(144.309)	(104.430)
CUSTO TOTAL		(993.652)	(977.085)	(954.102)	(952.170)
LUCRO BRUTO		961.224	585.399	745.497	437.214
DESPESA OPERACIONAL	25				
Despesas com vendas		(16.698)	(133)	(8.767)	(133)
Despesas Gerais e Administrativas		(47.334)	(47.062)	(47.334)	(47.009)
Outras Despesas Operacionais		(51.335)	(31.132)	(51.063)	(30.934)
		(115.367)	(78.327)	(107.164)	(78.076)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	36.679	(31.230)	202.872	83.037
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		882.536	475.842	841.205	442.175
Receitas Financeiras	26	196.743	132.644	187.405	126.749
Despesas Financeiras	26	(262.103)	(237.703)	(256.450)	(236.208)
Resultado antes dos Impostos		817.176	370.783	772.160	332.716
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9d	(206.709)	(115.148)	(160.504)	(77.244)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9d	(27.251)	(8.357)	(28.440)	(8.194)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		583.216	247.278	583.216	247.278
Resultado Básico e Diluído por Ação Ordinária – R\$	23	0,2013	0,0854	0,2013	0,0854

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	583.216	247.278	583.216	247.278
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>583.216</u>	<u>247.278</u>	<u>583.216</u>	<u>247.278</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>583.216</u>	<u>247.278</u>	<u>583.216</u>	<u>247.278</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.702.600	153.522	-	4.793.832
Lucro líquido do período	-	-	-	-	247.278	247.278
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	247.278	247.278
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(3.468)	3.468	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	1.837.710	100.000	2.702.600	150.054	250.746	5.041.110
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.600.000	-	2.362.614	17.522	-	4.980.136
Lucro líquido do período	-	-	-	-	583.216	583.216
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	583.216	583.216
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(3.402)	3.402	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019	2.600.000	-	2.362.614	14.120	586.618	5.563.352

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		583.216	247.278	583.216	247.278
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e Amortização	25	47.122	36.549	38.876	36.508
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado, Intangível e Financeiro da concessão		1.650	-	985	-
Atualização financeira dos ativos financeiros da concessão	11	(106.612)	(148.912)	(25.824)	(67.086)
Atualização financeira dos ativos de contrato	12	(6.675)	-	(6.675)	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	12	(5.596)	(2.927)	(5.596)	(2.927)
Equivalência Patrimonial	13	(36.679)	31.230	(202.872)	(83.037)
Juros e variações monetárias		192.491	186.475	188.467	192.563
Variação Cambial de empréstimos e financiamentos	19	32.847	15.928	32.847	15.928
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	2.877	6.210	2.877	6.210
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9c	27.251	8.357	28.440	8.194
Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	25	19.103	4.542	12.024	4.542
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	(152.311)	(97.517)	(152.311)	(97.517)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)		11.008	4.457	11.008	4.457
Ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		(62.576)	-	(62.576)	-
Obrigações Pós-Emprego	21	25.114	21.938	25.114	21.938
		572.230	313.608	468.000	287.051
(Aumento) Redução de Ativos					
Consumidores e Revendedores		(182.667)	(7.291)	(161.989)	22.710
Tributos Compensáveis		3.723	2.325	4.990	2.360
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		75.152	15.668	(3.352)	(4.363)
Transporte de Energia		(5.843)	(14.731)	(5.841)	(14.731)
Depósitos vinculados a litígios		909	(1.525)	967	(1.525)
Dividendos Recebidos		1.076	34.230	1.078	34.230
Ativos Financeiros da Concessão		107.933	190.403	44.259	129.261
Ativos de Contrato		3.556	-	3.556	-
Adiantamento a Fornecedores		6.785	(46.550)	2.036	(46.550)
Outros		80.685	2.449	84.605	1.312
		91.309	174.978	(29.691)	122.704
(Aumento) Redução de Passivos					
Fornecedores		(140.702)	(155.459)	(107.027)	(152.158)
Impostos, Taxas e Contribuições		11.441	(50.325)	10.385	(50.745)
Imposto de Renda e Contribuição Social		131.488	115.148	160.504	77.244
Salários e Contribuições Sociais		1.813	(4.428)	1.852	(4.428)
Encargos Regulatórios		7.597	(2.654)	7.481	(3.409)
Obrigações Pós-Emprego		(17.693)	(16.110)	(17.693)	(16.110)
Adiantamento de Clientes		(28.207)	(54.240)	(28.207)	(54.240)
Outros		27.851	(22.015)	17.953	(17.649)
		(6.412)	(190.083)	45.248	(221.495)
Caixa Gerado nas Operações		657.127	298.503	483.557	188.260
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos					
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(292.670)	(190.857)	(174.797)	(66.153)
Juros pagos de empréstimos	19	(92.036)	(127.739)	(92.036)	(127.739)
Juros pagos de arrendamentos		(1.717)	-	(1.676)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		270.704	(20.093)	215.048	(5.632)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	13b	(15.952)	(82.309)	(15.952)	(82.309)
Mútuo com partes relacionadas		46.599	-	46.599	-
No Imobilizado	14	(6.121)	(4.112)	(3.546)	(3.434)
No Intangível	15	(424)	(844)	(424)	(844)
Em Títulos e Valores Mobiliários		(46.922)	341.045	8.086	336.024
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(22.820)	253.780	34.763	249.437
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos pagos		-	(200.000)	-	(200.000)
Pagamentos de Empréstimos	19	(234.599)	(286.838)	(234.599)	(286.838)
Pagamentos de arrendamentos	16	(2.165)	-	(2.049)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(236.764)	(486.838)	(236.648)	(486.838)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		11.120	(253.151)	13.163	(243.033)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	301.696	403.339	226.830	366.169
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	312.816	150.188	239.993	123.136

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora					
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018				
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	2.262.791	1.809.022	2.044.495	1.687.971				
Receita de Construção	28.087	1.063	28.087	1.063				
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	80.788	81.827	-	-				
Investimentos em Imobilizado	3.976	18.527	3.976	18.527				
Receita de Indenização da Transmissão	32.499	49.841	32.499	49.841				
Receita de Indenização de Geração	-	17.245	-	17.245				
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.698)	(133)	(8.767)	(133)				
Outras receitas (despesas)	1.324	(230)	1.324	(230)				
	2.392.767	1.977.162	2.101.614	1.774.284				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(859.350)	(869.600)	(852.703)	(859.337)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(50.229)	(76.378)	(36.626)	(67.795)				
Serviços de Terceiros	(46.154)	(28.657)	(37.631)	(26.686)				
Materiais	(21.370)	(18.512)	(20.778)	(18.154)				
Concessão Onerosa	(628)	(778)	(628)	(778)				
Outros Custos Operacionais	(19.061)	(15.008)	(20.834)	(14.812)				
	(996.792)	(1.008.933)	(969.200)	(987.562)				
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.395.975	968.229	1.132.414	786.722				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(47.122)	(36.549)	(38.876)	(36.508)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.348.853	931.680	1.093.538	750.214				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	36.679	(31.230)	202.872	83.037				
Receitas Financeiras	196.743	132.644	187.405	126.749				
	233.422	101.414	390.277	209.786				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.582.275	1.033.094	1.483.815	960.000				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	117.646	7,43	91.784	8,88	113.121	7,62	87.016	9,07
Remuneração direta	77.318	4,89	61.980	6,00	72.913	4,91	57.572	6,00
Benefícios	30.218	1,90	25.666	2,48	30.132	2,04	25.429	2,65
FGTS	4.256	0,27	4.138	0,40	4.222	0,28	4.015	0,42
Programa de Desligamento Voluntário Programado	5.854	0,37	-	-	5.854	0,39	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	617.117	39,00	450.215	43,58	528.972	35,65	383.540	39,95
Federais	474.075	29,96	312.740	30,27	403.055	27,16	256.390	26,71
Estaduais	141.201	8,92	136.851	13,25	125.060	8,43	126.538	13,18
Municipais	1.841	0,12	624	0,06	857	0,06	612	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	264.296	16,71	243.817	23,60	258.506	17,42	242.166	25,23
Juros	262.103	16,57	237.703	23,01	256.450	17,28	236.208	24,61
Aluguéis	2.193	0,14	6.114	0,59	2.056	0,14	5.958	0,62
Remuneração de Capitais Próprios	583.216	36,86	247.278	23,94	583.216	39,31	247.278	25,75
Lucros Acumulados	583.216	36,86	247.278	23,94	583.216	39,31	247.278	25,75
	1.582.275	100,00	1.033.094	100,00	1.483.815	100,00	960.000	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 64 usinas, sendo 60 usinas hidrelétricas, 2 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.555 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias em 10 de maio de 2019.

2.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto do arrendamento durante o prazo de sua vigência (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16, não reapresentou as informações e saldos em base comparativa.

Durante 2018, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação detalhada do impacto do IFRS 16/CPC 06 (R2), com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial. Os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 estão apresentados a seguir:

01/01/2019	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	61.202	59.545
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(61.202)	(59.545)

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 16/CPC 06 R2 no balanço patrimonial e na demonstração de resultados para o período findo em 31 de março de 2019:

Balancos Patrimoniais	Consolidado			Controladora		
	31/03/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06R2	Ajuste	31/03/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06R2	31/03/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06R2	Ajuste	31/03/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06R2
Ativo circulante	2.697.195		2.697.195	2.021.324		2.021.324
Ativo não circulante	14.625.019	58.486	14.683.505	15.008.191	56.963	15.065.154
Direito de uso - Arrendamento	-	58.486	58.486	-	56.963	56.963
Outros ativos não circulantes	14.625.019	-	14.625.019	15.008.191	-	15.008.191
Passivo circulante	2.405.130	14.694	2.419.824	2.314.257	14.100	2.328.357
Arrendamento	-	14.694	14.694	-	14.100	14.100
Outros passivos circulantes	2.405.130	-	2.405.130	2.314.257	-	2.314.257
Passivo não circulante	9.353.364	44.160	9.397.524	9.151.554	43.215	9.194.769
Arrendamento	-	44.343	44.343	-	43.396	43.396
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	491.222	(183)	491.039	464.692	(181)	464.511
Outros passivos não circulantes	8.862.142	-	8.862.142	8.686.862	-	8.686.862
Patrimônio líquido	5.563.720	(368)	5.563.352	5.563.704	(352)	5.563.352
Lucros acumulados	586.986	(368)	586.618	586.970	(352)	586.618
Outras contas de PL	4.976.734	-	4.976.734	4.976.734	-	4.976.734

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Controladora		
	31/03/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06R2	Ajuste	31/03/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06R2	31/03/2019 Sem adoção IFRS 16/CPC 06R2	Ajuste	31/03/2019 Com adoção IFRS 16/CPC 06R2
Receitas	1.954.876		1.954.876	1.699.599	-	1.699.599
Custos e despesas operacionais	(1.110.185)	1.166	(1.109.019)	(1.062.409)	1.143	(1.061.266)
Depreciação e amortização	-	(2.716)	(2.716)	(41.824)	(2.582)	(44.406)
Arrendamentos e aluguéis	(5.731)	3.882	(1.849)	(5.574)	3.725	(1.849)
Outros custos e despesas	(1.104.454)	-	(1.104.454)	(1.015.011)	-	(1.015.011)
Resultado de Equivalência Patrimonial	36.679	-	36.679	202.872	-	202.872
Resultado Operacional Antes do						
Resultado Financeiro e Impostos	881.370	1.166	882.536	840.062	1.143	841.205
Receitas Financeiras	196.743	-	196.743	187.405	-	187.405
Despesas Financeiras	(260.386)	(1.717)	(262.103)	(254.774)	(1.676)	(256.450)
Juros Passivo de Arrendamento	-	(1.717)	(1.717)	-	(1.676)	(1.676)
Outras despesas financeiras	(260.386)	-	(260.386)	(254.774)	-	(254.774)
Resultado antes dos impostos	817.727	(551)	817.176	772.693	(533)	772.160
Imposto de Renda e Contribuição Social	(234.143)	183	(233.960)	(189.125)	181	(188.944)
RESULTADO DO PERÍODO	583.584	(368)	583.216	583.568	(352)	583.216

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir da data em que entrou em vigor.

A Companhia e suas controladas analisaram os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas teve alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.3 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2018	31/03/2019	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	29	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Depósitos Vinculados a Litígios
12	11	Ativos Financeiros da Concessão
13	12	Ativos de Contratos
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
-	16	Operações de Arredamento Mercantil
17	17	Fornecedores
18	18	Impostos, Taxas e Contribuições
19	19	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	20	Encargos Regulatórios
21	21	Obrigações Pós-Emprego
22	22	Provisões
23	23	Patrimônio Líquido
24	24	Receita
25	25	Custos e Despesas Operacionais
26	26	Receitas e Despesas Financeiras
27	27	Transações com Partes Relacionadas
28	28	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
31	30	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2018 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades Controladas	Forma de avaliação	31/03/2019	31/12/2018
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100,00	100,00
Sá Carvalho S.A. (1)	Consolidação	100,00	100,00
Horizontes Energia S.A. (1)	Consolidação	100,00	100,00
Rosal Energia S.A. (1)	Consolidação	100,00	100,00
Cemig PCH S.A. (1)	Consolidação	100,00	100,00
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (1)	Consolidação	100,00	100,00
Usina Termelétrica do Barreiro S.A. (1)	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (1)	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Trading S.A. (1)	Consolidação	100,00	100,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (2)	Consolidação	100,00	100,00
Central Eólica Volta do Rio S.A. (2)	Consolidação	100,00	100,00

- (1) Em 30 de novembro de 2018, a Cemig, controladora da Companhia, concluiu a transação de reestruturação societária em que transferiu para a Companhia as suas subsidiárias integrais Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, Cemig PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, Cemig Comercializadora de Energia Incentivada e Cemig Trading.
- (2) Aquisições decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp, em dezembro de 2018.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig GT, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações:

GERAÇÃO	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajuru, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030

- (1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- (2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.
- (3) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- (4) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, até o exercício de 2017, estavam no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, classificados no modelo de ativo financeiro. Entretanto, considerando a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, do CPC 47, com a análise das obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, esses ativos passaram a ser classificados como ativos de contrato.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contas Bancárias	2.276	4.135	1.561	3.583
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (1)	274.489	246.691	237.431	219.204
Overnight (2)	36.051	50.870	1.001	4.043
	310.540	297.561	238.432	223.247
	312.816	301.696	239.993	226.830

- 1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 75% a 106% conforme operação (75% a 106% em 2018).
- 2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% (6,39% em 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Letras Financeiras – Bancos (1)	157.810	118.374	4.383	9.409
Letras Financeiras do Tesouro (2)	62.173	56.572	1.727	4.496
Debêntures (3)	10.131	8.338	281	663
Outros	154	62	154	63
	230.268	183.346	6.545	14.631
Ativo Circulante	201.896	161.848	5.757	12.922
Ativo Não Circulante	28.372	21.498	788	1.709

- 1) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI (102% a 111,25% em 2018).
- 2) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- 3) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de

remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI em 31 de março de 2019 (104,25% a 151,% do CDI em 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 27.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos 91 até 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	Consolidado	
	Faturado	Não Faturado				31/03/2019	31/12/2018
Industrial	2.870	254.427	27.446	16.632	49.135	350.510	341.012
Comércio, Serviços e Outras	11.459	69.020	6.486	20	10	86.995	67.675
Produtor rural	-	-	40	-	-	40	45
Suprimento a Outras Concessionárias	-	226.650	40.916	460	1.124	269.150	334.929
Concessionários – Transp. de Energia	3.471	68.721	195	53	4.567	77.007	71.164
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	110.328	16.154	258.871	-	-	385.353	165.720
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(4.505)	(1.814)	(34.865)	(41.184)	(24.486)
	128.128	634.972	329.449	15.351	19.971	1.127.871	956.059
Ativo Circulante						1.113.525	951.039
Consumidores e Revendedores						1.036.518	879.875
Concessionários – Transp. Energia						77.007	71.164
Ativo Não Circulante						14.346	5.020
Consumidores e Revendedores						14.346	5.020

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos 91 até 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	Controladora	
	Faturado	Não Faturado				31/03/2019	31/12/2018
Industrial	2.871	228.680	4.443	703	26.508	263.205	251.621
Comércio, Serviços e Outras	11.460	69.020	6.486	20	9	86.995	67.675
Produtor rural	-	-	40	-	-	40	45
Suprimento a Outras Concessionárias	-	187.100	14.824	-	1.124	203.048	284.935
Concessionários – Transp. de Energia	3.489	68.773	195	53	4.567	77.077	71.236
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	110.327	-	258.871	-	-	369.198	156.221
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(4.505)	-	(28.748)	(33.253)	(24.486)
	128.147	553.573	280.354	776	3.460	966.310	807.247
Ativo Circulante						962.555	802.227
Consumidores e Revendedores						885.478	730.991
Concessionários – Transp. Energia						77.077	71.236
Ativo Não Circulante						3.755	5.020
Consumidores e Revendedores						3.755	5.020

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.623	21.623
Constituição de provisão, líquida	133	133
Saldo em 31 de março de 2018	21.756	21.756
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.486	24.486
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	16.698	8.767
Saldo em 31 de março de 2019	41.184	33.253

Adiantamento de Clientes

A Companhia recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	190.758
Baixa	(54.240)
Atualização Financeira	2.844
Saldo em 31 de março de 2018	139.362
Saldo em 31 de dezembro de 2018	40.267
Baixa	(28.207)
Atualização Financeira	541
Saldo em 31 de março de 2019	12.601

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

Contraparte	31/03/2019			Saldos em 31/03/2019	Saldos em 31/12/2018
	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh a entregar		
White Martins Gases Industriais Ltda	maio e junho de 2019	124% do CDI	25.548	12.601	40.267

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega, pois se entende que as obrigações de desempenho foram cumpridas.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS a Recuperar	25.895	24.300	19.800	18.385
COFINS	2.816	5.316	1.399	4.161
PASEP	473	1.018	172	773
INSS	14.558	14.662	14.558	14.662
Outros	2.659	3.209	1.539	3.185
	46.401	48.505	37.468	41.166
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	15.776	17.068	15.776	17.068
Outros	430	757	-	-
	16.206	17.825	15.776	17.068
	62.607	66.330	53.244	58.234

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após março de 2020.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/03/2018
Circulante				
Imposto de renda	103.427	90.679	102.411	88.599
Contribuição social	72.348	68.481	71.972	68.139
	175.775	159.160	174.383	156.738
Não Circulante				
Imposto de renda	2.461	2.499	-	-
Contribuição social	606	616	-	-
	3.067	3.115	-	-

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no ativo não circulante são decorrentes das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfa por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas empresas controladas sujeitas ao lucro real que

optaram pelo recolhimento mensal por estimativa sobre a receita, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante				
Imposto de renda	31.203	83.207	-	-
Contribuição social	11.391	28.850	-	-
	42.594	112.057	-	-

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	320.128	316.092	320.128	316.092
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	13.125	8.326	11.306	8.326
Provisões para contingências	33.158	33.532	33.158	33.250
Provisão PUT SAAG	146.253	142.510	146.253	142.510
Provisão para perdas em investimentos	269.923	273.558	269.923	273.558
Outras provisões	18.383	23.130	18.383	23.130
Concessão Onerosa	7.855	7.683	7.855	7.683
Outros	14.447	6.534	14.394	6.262
	823.272	811.365	821.400	810.811
PASSIVO				
Custo Atribuído	(237.079)	(239.092)	(216.782)	(218.534)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa dos ativos da concessão	(544.114)	(552.327)	(544.114)	(552.327)
Valor justo de Participações Societárias	(153.306)	(155.457)	(153.306)	(155.457)
Atualização de Depósitos Judiciais	(30.709)	(29.708)	(29.090)	(28.752)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	(328.320)	(276.534)	(328.320)	(276.534)
Outros	(18.379)	(19.978)	(14.299)	(15.278)
	(1.311.907)	(1.273.096)	(1.285.911)	(1.246.882)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	2.404	-	-	-
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(491.039)	(461.731)	(464.511)	(436.071)
	(488.635)	(461.731)	(464.511)	(436.071)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(416.446)	(416.305)
Efeitos alocados ao resultado	(8.357)	(8.194)
Saldo em 31 de março de 2018	(424.803)	(424.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(461.731)	(436.071)
Efeitos alocados ao resultado	(27.251)	(28.440)
Outros	347	-
Saldo em 31 de março de 2019	(488.635)	(464.511)

d) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Lucro antes dos impostos	817.176	370.783	772.160	332.716
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal (34%)	(277.840)	(126.067)	(262.534)	(113.123)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	6.632	1.416	6.629	1.416
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.461	(12.102)	67.493	26.749
Multas Indedutíveis	(2)	(261)	(2)	(261)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(313)	(37)	(313)	(37)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	26.220	13.684	-	-
Outros	(118)	(138)	(217)	(182)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(233.960)	(123.505)	(188.944)	(85.438)
Imposto Corrente	(206.709)	(115.148)	(160.504)	(77.244)
Imposto Diferido	(27.251)	(8.357)	(28.440)	(8.194)
	(233.960)	(123.505)	(188.944)	(85.438)
Alíquota Efetiva	28,63%	33,31%	24,47%	25,68%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Trabalhistas	30.494	30.183	29.943	29.649
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	16.874	16.791	15.558	15.475
PASEP/COFINS (a)	202.409	201.211	190.965	189.922
IR/INSS - Indenização do Anuênio (1)	65.223	64.786	65.223	64.786
IPTU	10.623	10.364	10.623	10.364
CSLL (2)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	1.879	1.496	1.879	1.496
	315.070	312.710	302.310	300.105
Outros				
Bloqueio Judicial	775	763	743	731
Regulatórios	2.866	3.537	2.866	3.537
Outros	27.281	27.181	4.848	4.757
	30.922	31.481	8.457	9.025
	376.486	374.374	340.710	338.779

(1) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do Anuênio).

(2) Depósito judicial relativo ao processo que discute a atuação referente à tributação de CSLL dos valores das doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, das despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

(a) Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse

procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia reverteu a provisão no montante de R\$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R\$202.409 em 31 de março de 2019 (R\$201.211 em 31 de dezembro de 2018).

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Transmissão - Indenização a receber (1)	1.321.961	1.296.314	1.321.961	1.296.314
Geração – Indenização a receber	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração – Bonificação de outorga	2.426.044	2.408.930	-	-
	4.564.207	4.521.446	2.138.163	2.112.516
Circulante	427.389	423.511	182.663	180.995
Não Circulante	4.136.818	4.097.935	1.955.500	1.931.521

(1) Parte dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativos de contrato, conforme requerido pela IFRS 15/ CPC 47. Mais detalhes na nota explicativa nº 12 – Ativos de Contrato.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.237.892	2.475.838	6.713.730	1.900.757	2.475.838	4.376.595
Adição	-	1.063	1.063	-	1.063	1.063
Atualização Financeira	99.071	49.841	148.912	17.245	49.841	67.086
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa	-	2.927	2.927	-	2.927	2.927
Recebimentos	(61.142)	(130.324)	(191.466)	-	(130.324)	(130.324)
Saldos em 31 de março de 2018	4.275.821	2.399.345	6.675.166	1.918.002	2.399.345	4.317.347
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.225.132	1.296.314	4.521.446	816.202	1.296.314	2.112.516
Atualização Financeira	80.788	25.824	106.612	-	25.824	25.824
Recebimentos	(63.674)	(44.259)	(107.933)	-	(44.259)	(44.259)
Transferências – Ativo de contrato (1)	-	44.082	44.082	-	44.082	44.082
Saldo em 31 de março de 2019	3.242.246	1.321.961	4.564.207	816.202	1.321.961	2.138.163

(1) Maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 31 de março de 2019, no montante de R\$1.321.961 (R\$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificado como ativo financeiro, mensurado pelo método do custo amortizado, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$904.700 (R\$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP, desde julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$417.261 em 31 de março de 2019 (R\$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de março de 2019.

Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), estão reconhecidos no Ativo Financeiro,

pele método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de março de 2019 (R\$816.202 em 31 de dezembro de 2018).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piauí	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 31 de março de 2019, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Bonificação pela outorga – Concessões de geração

A bonificação pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	43.660	(34.212)	1.379.348
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	13.764	(10.789)	432.885
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	5.787	(4.587)	161.801
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	4.311	(3.415)	121.348
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	6.018	(4.805)	158.430
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	4.510	(3.648)	107.559
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	2.738	(2.218)	64.673
Total		2.408.930	80.788	(63.674)	2.426.044

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	44.361	(32.851)	1.341.644
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	13.981	(10.360)	421.014
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	5.837	(4.405)	157.026
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	4.350	(3.279)	117.781
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	6.050	(4.614)	153.606
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	4.509	(3.503)	104.139
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	2.738	(2.130)	62.609
Total		2.337.135	81.826	(61.142)	2.357.819

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de março de 2019:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Transmissão – ativos de indenização incorporados a base de remuneração de ativos	428.104	492.405	428.104	492.405
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	664.840	636.905	664.840	636.905
	1.092.944	1.129.310	1.092.944	1.129.310
Circulante	131.085	130.951	131.085	130.951
Não Circulante	961.859	998.359	961.859	998.359

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15	1.092.271
Adições	95.712
Atualização financeira	88.421
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	12.934
Recebimentos	(161.527)
Transferências para o Imobilizado	1.499
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.129.310
Adições	28.087
Atualização financeira	6.675
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	5.596
Recebimentos	(31.643)
Baixa	(926)
Transferências para o Imobilizado	(73)
Transferências para o ativo financeiro	(44.082)
Saldo em 31 de março de 2019	1.092.944

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente da indenização de transmissão em função da adesão aos termos da Lei 12.783/13 no montante de R\$428.104 em 31 de março de 2019 (R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018) foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de março de 2019, o saldo a receber é de R\$664.840 (R\$636.905 em 31 de dezembro de 2018, antes classificado como ativo financeiro).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	263.183	270.090	263.183	270.090
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	464.201	470.022	464.201	470.022
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	51.793	49.213	51.793	49.213
Guanhães Energia	127.661	111.838	127.661	111.838
Hidrelétrica Pipoca	30.589	30.629	30.589	30.629
Lightger	45.361	42.191	45.361	42.191
Baguari Energia	167.039	162.224	167.039	162.224
Aliança Norte (usina Belo Monte)	662.381	663.755	662.381	663.755
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.011.395	1.012.636	1.011.395	1.012.636
Aliança Geração	1.254.488	1.216.860	1.254.488	1.216.860
Retiro Baixo	174.119	170.720	174.119	170.720
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	4.982	5.130	4.982	5.130
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	21	36
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.440.115	1.395.614
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	456.711	440.083
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	185.028	178.545
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	139.898	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	182.759	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	127.342	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	74.520	69.897
Rosal Energia S.A.	-	-	137.245	124.898
Sá Carvalho S.A.	-	-	107.259	94.447
Horizontes Energia S.A.	-	-	58.646	54.953
Cemig PCH S.A.	-	-	95.417	92.987
Usina Termelétrica do Barreiro S.A.	-	-	18.565	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	40.272	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	-	-	3.104	2.841
Cemig Trading S.A.	-	-	42.511	28.135
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	146.723	145.880
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	180.859	180.976
Total do Investimento	4.257.192	4.205.308	7.694.187	7.488.441

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto e à participação na usina de Santo Antônio.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Controladora	31/12/2017	Amortização	31/03/2018	31/12/2018	Amortização	31/03/2019
Retiro Baixo	28.344	(296)	28.048	31.966	(347)	31.619
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(354)	16.149	66.286	(1.554)	64.732
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(218)	10.817	95.819	(2.053)	93.766
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	151.384	(1.489)	149.895	18.000	(184)	17.816
Aliança Geração	402.844	(6.327)	396.517	377.534	(6.327)	371.207
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	54.546	(493)	54.053	52.575	(493)	52.082
	664.656	(9.177)	655.479	642.180	(10.958)	631.222

Consolidado	31/12/2017	Amortização	31/03/2018	31/12/2018	Amortização	31/03/2019
Retiro Baixo	28.344	(296)	28.048	31.966	(347)	31.619
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(354)	16.149	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(218)	10.817	-	-	-
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	151.384	(1.489)	149.895	18.000	(184)	17.816
Aliança Geração	402.844	(6.327)	396.517	377.534	(6.327)	371.207
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	54.546	(493)	54.053	52.575	(493)	52.082
	664.656	(9.177)	655.479	480.075	(7.351)	472.724

b) A movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	31/03/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	2.580	-	-	51.793
Guanhães Energia	111.838	(129)	15.952	-	127.661
Hidrelétrica Pipoca	30.629	(40)	-	-	30.589
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	270.090	(6.907)	-	-	263.183
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(5.821)	-	-	464.201
Baguari Energia	162.224	4.815	-	-	167.039
Lightger	42.191	3.917	-	(747)	45.361
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	(1.241)	-	-	1.011.395
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	(1.374)	-	-	662.381
Aliança Geração	1.216.860	37.628	-	-	1.254.488
Retiro Baixo	170.720	3.399	-	-	174.119
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(148)	-	-	4.982
Total do Investimento	4.205.308	36.679	15.952	(747)	4.257.192

Controladora	31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	31/03/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	2.580	-	-	51.793
Guanhães Energia	111.838	(129)	15.952	-	127.661
Hidrelétrica Pipoca	30.629	(40)	-	-	30.589
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(6.907)	-	-	263.183
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(5.821)	-	-	464.201
Baguari Energia	162.224	4.815	-	-	167.039
Central Eólica Praias Parajuru	145.880	843	-	-	146.723
Central Eólica Volta do Rio	180.976	(117)	-	-	180.859
Lightger	42.191	3.917	-	(747)	45.361
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	(1.241)	-	-	1.011.395
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	(1.374)	-	-	662.381
Aliança Geração	1.216.860	37.628	-	-	1.254.488
Retiro Baixo	170.720	3.399	-	-	174.119
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(148)	-	-	4.982
Cemig Baguari	36	(15)	-	-	21
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.395.614	44.501	-	-	1.440.115
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.083	16.628	-	-	456.711
Cemig Ger. Itutinga S.A.	178.545	11.613	-	(5.130)	185.028
Cemig Geração Camargos S.A.	131.570	8.328	-	-	139.898
Cemig Geração Sul S.A.	176.424	12.030	-	(5.695)	182.759
Cemig Geração Leste S.A.	120.686	8.162	-	(1.506)	127.342
Cemig Geração Oeste S.A.	69.898	4.622	-	-	74.520
Rosal Energia S.A.	124.897	12.348	-	-	137.245
Sá Carvalho S.A.	94.447	12.812	-	-	107.259
Horizontes Energia S.A.	54.953	3.693	-	-	58.646
Cemig PCH S.A.	92.987	2.430	-	-	95.417
Usina Termelétrica do Barreiro S.A.	18.406	159	-	-	18.565
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	26.755	13.517	-	-	40.272
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.841	263	-	-	3.104
Cemig Trading S.A.	28.135	14.376	-	-	42.511
Total do Investimento	7.488.441	202.872	15.952	(13.078)	7.694.187

Consolidado	31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	31/03/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	2.713	-	(12.913)	47.757
Guanhães Energia	25.018	(145)	17.975	-	42.848
Hidrelétrica Pipoca	26.023	2.859	-	(396)	28.486
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(26.476)	-	-	508.285
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(23.014)	-	-	559.490
Baguari Energia	148.422	10.153	-	-	158.575
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(1.750)	-	-	58.351
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(6.315)	-	-	61.410
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(1.743)	-	-	48.826
Lightger	40.832	2.025	-	(445)	42.412
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	10.821	38.316	-	915.691
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	7.492	23.122	-	607.318
Aliança Geração	1.242.170	29.976	-	-	1.272.146
Retiro Baixo	157.773	3.681	-	-	161.454
Renova	282.524	(41.316)	-	-	241.208
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(191)	2.896	-	6.404
Total do Investimento	4.723.336	(31.230)	82.309	(13.754)	4.760.661

Controladora	31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	31/03/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	2.713	-	(12.913)	47.757
Guanhães Energia	25.018	(145)	17.975	-	42.848
Hidrelétrica Pipoca	26.023	2.859	-	(396)	28.486
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(26.476)	-	-	508.285
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(23.014)	-	-	559.490
Baguari Energia	148.422	10.153	-	-	158.575
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(1.750)	-	-	58.351
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(6.315)	-	-	61.410
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(1.743)	-	-	48.826
Lightger	40.832	2.025	-	(445)	42.412
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	10.821	38.316	-	915.691
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	7.492	23.122	-	607.318
Aliança Geração	1.242.170	29.976	-	-	1.272.146
Retiro Baixo	157.773	3.681	-	-	161.454
Renova	282.524	(41.316)	-	-	241.208
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(191)	2.896	-	6.404
Cemig Baguari	23	(10)	-	-	13
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.391.822	50.555	-	-	1.442.377
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.122	18.869	-	-	458.991
Cemig Ger. Itutinga S.A.	171.279	10.548	-	-	181.827
Cemig Geração Camargos S.A.	130.426	8.885	-	-	139.311
Cemig Geração Sul S.A.	167.571	10.886	-	-	178.457
Cemig Geração Leste S.A.	115.885	9.300	-	-	125.185
Cemig Geração Oeste S.A.	69.398	5.234	-	-	74.632
Total do Investimento	7.209.862	83.037	82.309	(13.754)	7.361.454

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2019			Em 31 de dezembro de 2018		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	4.575.705	15,51	10.619.786	4.656.593
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	105.700	49,00	35.000	100.434
Guanhães Energia	516.087.600	49,00	516.088	260.533	49,00	396.402	228.242
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	62.426	49,00	41.360	62.509
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	240.733	69,39	186.573	233.793
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	92.576	49,00	79.232	86.105
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.437.698.407	49,00	1.206.127	1.245.508	49,00	1.206.127	1.247.307
Amazônia Energia(Usina Belo Monte) (1)	1.322.427.723	74,50	1.322.428	1.357.577	74,50	1.322.428	1.359.243
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	1.955.583	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	285.571	49,90	222.850	278.065
Renova (2)	41.719.724	36,23	2.919.019	(258.775)	36,23	2.919.019	(76.489)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	22.165.114	49,00	22.165	10.169	49,00	22.165	10.470
Controladas							
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	21	100,00	306	36
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.440.115	100,00	1.291.423	1.395.614
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	456.711	100,00	405.268	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	185.028	100,00	151.309	178.545
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	139.898	100,00	113.499	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	182.759	100,00	148.147	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	127.342	100,00	100.569	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	74.520	100,00	60.595	69.898
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	137.245	100,00	46.944	124.897
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	107.259	100,00	36.833	94.447
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	58.646	100,00	39.258	54.953
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	95.417	100,00	45.952	92.987
Usina Termelétrica do Barreiro S.A.	16.902.000	100,00	16.902	18.565	100,00	16.902	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	40.272	100,00	486	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	3.104	100,00	1.000	2.841
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	42.511	100,00	1.000	28.135
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	71.834.843	100,00	71.835	81.991	100,00	71.835	79.594
Central Eólica Volta do Rio S.A.	138.867.440	100,00	138.867	87.093	100,00	138.867	85.157

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Controle compartilhado por acordo de acionistas. Em virtude de o patrimônio líquido da Renova ter se tornado negativo, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na investida.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia, com participação direta de 8,54%.

Continuidade operacional

No período findo em 31 de março de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R\$80.888 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$383.234, decorrente, principalmente, de “Fornecedores”, “Adiantamento de clientes” e “Debêntures”. Adicionalmente, a empresa apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 6.044 milhões.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa. Visando garantir a sua liquidez, a MESA dispõe do suporte financeiro de seus acionistas, nos termos do instrumento firmado para esta finalidade (*Equity Support Agreement*).

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Renova Energia S.A. (“Renova”):

Continuidade operacional

No período findo em 31 de março de 2019, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$182.286, prejuízos acumulados de R\$3.233.173, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R\$655.207, patrimônio líquido negativo de R\$258.775, e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos, inclusive de construção dos parques eólicos e solares. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 31 de março de 2019.

Diante deste cenário, a investida em conjunto com seus acionistas, incluindo a Companhia, aprovaram um Plano de Restruturação Societária e Financeira com o objetivo de reequilibrar sua

estrutura de liquidez e de geração de caixa, equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos, incluindo a aprovação da proposta vinculante da AES Tietê Energia S.A. para a compra de parques eólicos da investida, o reperfilamento dos valores devidos a partes relacionadas, incluindo a Companhia, e a renegociação de dívida com credores financeiros. A Administração da Companhia e a Administração da investida entendem que, com o sucesso das medidas aprovadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Contudo, em face do patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a investida.

A continuidade operacional da Renova depende do sucesso da implementação das medidas acima, da continuidade do fluxo de dividendos de suas investidas, bem como da obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Negociações Alto Sertão III

Em 9 de abril de 2019, foi assinado, pela Renova, contrato de compra e venda de ações (“CCVA”) referente à operação de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para a AES Tietê Energia S.A., subdividido em Fases A e B, por, respectivamente, R\$350 milhões e R\$90 milhões, além de uma opção de compra de projetos eólicos em desenvolvimento, por até R\$ 76 milhões. A operação está sujeita a: (i) eventual acréscimo de valor sob a forma de *earn-out*, caso o desempenho dos ventos da Fase A exceda a referência assumida na negociação; (ii) equacionamento das dívidas com credores do projeto, sendo que a AES Tietê assumirá a dívida financeira estimada em R\$988 milhões, majoritariamente com o BNDES, e (iii) redução no valor de aquisição da Fase A de R\$20 milhões/mês pro rata die, em favor do comprador devido ao atraso no fechamento da operação originalmente prevista para 2 de maio de 2019.

A conclusão da transação está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

Celebração de Contrato para Aquisição de Participação na Renova e Realização de OPA

Em 21 de março de 2019, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações referente à aquisição, pela Companhia e Light Energia S.A. (“Light Energia”), de até 7.282.036 ações de emissão da Renova de titularidade da CG I Fundo de Investimento em Participações (“CG I”) e de certas pessoas a ele relacionadas. Dentre as ações a serem adquiridas de CG I incluem-se as ações hoje vinculadas ao Acordo de Acionistas da Renova, celebrado em 19 de dezembro de 2014.

As ações da CG I serão adquiridas na proporção de 67,85% pela Companhia e 32,15% pela Light Energia e, como contrapartida, a CG I receberá títulos de valor mobiliário subscritos pela Light Energia e pela Companhia observada a proporção acima, que correspondam ao valor nominal de R\$14,68 por ação de emissão da Renova, ordinária ou preferencial que estará sujeita a ajustes

decorrentes, entre outros: (i) dos custos incorridos para regularização fundiária da Renova; e (ii) da materialização de certas contingências até a data de fechamento da transação.

O Contrato também prevê que certas ações ordinárias de titularidade da CG I serão convertidas em ações preferenciais para que a Companhia possa formar units da Renova nos termos previstos no artigo 54 do Estatuto Social da Renova. Em razão disso, após o fechamento, a Companhia será titular de 50% ou menos das ações ordinárias de emissão da Renova. Em 24 de abril de 2019, a Companhia recebeu manifestação do BNDES Participações sobre o exercício do direito de venda conjunta (“tag along”) da totalidade de sua participação, correspondente a 696.683 units representativas de 5,01% do capital social da Renova, conforme previsto no Acordo de Acionistas.

O fechamento da aquisição de ações está sujeito ao cumprimento das condições usuais deste tipo de transação e ao fechamento dos atos da reestruturação financeira da Renova.

Além disso, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, condicionado ao Fechamento da Aquisição das Ações, a realização pela Companhia e por Light Energia de oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da Renova, em data a ser oportunamente anunciada, em que será oferecido aos acionistas da Renova tratamento igualitário àquele conferido à CG I.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resultou em capital circulante líquido negativo de R\$ 3.092.856 em 31 de março de 2019. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2019 é de R\$1.800.000.

d) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independentes adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência que venham a ser firmados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por

parte da SAESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Renova Energia S.A (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Cemig GT e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente. Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo a legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, do Código de ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços no âmbito dessa investida em períodos anteriores a 2015. As investigações da operação “E o Vento Levou” ainda estão em andamento e conforme Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, a Renova está em total colaboração com as autoridades no tocante a essas investigações.

Embora exista evidência de deficiências de controles internos relacionados com certos pagamentos e arquivamento de documentação suporte de serviços prestados por terceiros, procedimentos adicionais estão sendo requeridos para determinar a existência de elementos que embasariam os itens sob investigação. Como resultado, nenhum efeito das investigações foi registrado nas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019 da Renova ou da Companhia.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia em Guanhães e na

MESA. Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

Em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. Considerando o atual estágio e resultados preliminares dessa primeira fase das investigações internas, nenhum efeito foi registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2019.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	7.444.393	(4.938.264)	2.506.129	7.439.599	(4.899.564)	2.540.035
Terrenos	231.141	(16.805)	214.336	231.141	(16.174)	214.967
Reservatórios, barragens e adutoras	3.282.586	(2.150.764)	1.131.822	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.114.457	(804.801)	309.656	1.113.821	(800.133)	313.688
Máquinas e equipamentos	2.770.429	(1.927.515)	842.914	2.766.671	(1.913.617)	853.054
Veículos	31.747	(27.603)	4.144	31.747	(27.222)	4.525
Móveis e utensílios	14.033	(10.776)	3.257	14.041	(10.735)	3.306
Em Curso	118.870	-	118.870	119.186	-	119.186
Ativos em curso	118.870	-	118.870	119.186	-	119.186
Imobilizado Líquido	7.563.263	(4.938.264)	2.624.999	7.558.785	(4.899.564)	2.659.221

Controladora	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.355.956	(4.448.544)	1.907.412	6.354.911	(4.415.024)	1.939.887
Terrenos	226.882	(16.536)	210.346	226.882	(15.919)	210.963
Reservatórios, barragens e adutoras	3.006.937	(2.027.126)	979.811	3.006.652	(2.010.201)	996.451
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.036.543	(771.331)	265.212	1.036.543	(767.280)	269.263
Máquinas e equipamentos	2.040.421	(1.595.573)	444.848	2.039.652	(1.584.089)	455.563
Veículos	31.532	(27.408)	4.124	31.532	(27.027)	4.505
Móveis e utensílios	13.641	(10.570)	3.071	13.650	(10.508)	3.142
Em Curso	86.164	-	86.164	85.318	-	85.318
Ativos em curso	86.164	-	86.164	85.318	-	85.318
Imobilizado líquido	6.442.120	(4.448.544)	1.993.576	6.440.229	(4.415.024)	2.025.205

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	31/03/2019
Em serviço	2.540.035	-	6.510	(724)	(39.692)	2.506.129
Terrenos (1)	214.967	-	-	-	(631)	214.336
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	1.651	-	(20.324)	1.131.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.688	-	636	-	(4.668)	309.656
Máquinas e equipamentos	853.054	-	4.194	(724)	(13.610)	842.914
Veículos	4.525	-	-	-	(381)	4.144
Móveis e utensílios	3.306	-	29	-	(78)	3.257
Em curso	119.186	6.121	(6.437)	-	-	118.870
Imobilizado líquido	2.659.221	6.121	73	(724)	(39.692)	2.624.999

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Saldo referente à transferência para o Ativo Financeiro.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	31/03/2019
Em serviço	1.939.887	-	2.773	(59)	(35.189)	1.907.412
Terrenos (1)	210.963	-	-	-	(617)	210.346
Reservatórios, barragens e adutoras	996.451	-	1.528	-	(18.168)	979.811
Edificações, obras civis e benfeitorias	269.263	-	-	-	(4.051)	265.212
Máquinas e equipamentos	455.563	-	1.245	(59)	(11.901)	444.848
Veículos	4.505	-	-	-	(381)	4.124
Móveis e utensílios	3.142	-	-	-	(71)	3.071
Em curso	85.318	3.546	(2.700)	-	-	86.164
Imobilizado líquido	2.025.205	3.546	73	(59)	(35.189)	1.993.576

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Saldo referente à transferência para o Ativo Financeiro.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Depreciação	31/03/2018
Em serviço	2.074.200	-	12.023	(35.426)	2.050.797
Terrenos	207.132	-	-	(610)	206.522
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	3	(18.232)	1.052.876
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	449	(4.039)	281.029
Máquinas e equipamentos	505.323	-	11.571	(12.200)	504.694
Veículos	3.101	-	-	(280)	2.821
Móveis e utensílios	2.920	-	-	(65)	2.855
Em curso	88.690	4.112	(12.023)	-	80.779
Imobilizado líquido	2.162.890	4.112	-	(35.426)	2.131.576

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Depreciação	31/03/2018
Em serviço	2.070.862	-	11.355	(35.385)	2.046.832
Terrenos	207.132	-	-	(610)	206.522
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	3	(18.232)	1.052.876
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	449	(4.039)	281.029
Máquinas e equipamentos	501.985	-	10.903	(12.159)	500.729
Veículos	3.101	-	-	(280)	2.821
Móveis e utensílios	2.920	-	-	(65)	2.855
Em curso	84.985	3.434	(11.355)	-	77.064
Imobilizado líquido	2.155.847	3.434	-	(35.385)	2.123.896

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,18%.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2019	31/12/2018
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.210	217.210
Depreciação acumulada			(101.471)	(99.287)
Total em operação			115.739	117.923
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	644	603
Total em construção			644	603

15. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Consolidado	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	262.957	(76.160)	186.797	262.559	(71.424)	191.135
Servidão	11.749	(2.832)	8.917	11.749	(2.664)	9.085
Concessão Onerosa	19.169	(12.100)	7.069	19.169	(11.930)	7.239
Ativos da Concessão (1)	162.105	(3.607)	158.498	162.106	-	162.106
Outros	69.934	(57.621)	12.313	69.535	(56.830)	12.705
Em Curso	6.496	-	6.496	6.448	-	6.448
Ativos em formação	6.496	-	6.496	6.448	-	6.448
Intangível Líquido	269.453	(76.160)	193.293	269.007	(71.424)	197.583

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às investidas que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

Controladora	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	94.528	(70.990)	23.538	94.147	(69.880)	24.267
Servidão	11.451	(2.832)	8.619	11.451	(2.664)	8.787
Concessão Onerosa	19.169	(12.100)	7.069	19.169	(11.930)	7.239
Outros	63.908	(56.058)	7.850	63.527	(55.286)	8.241
Em Curso	6.496	-	6.496	6.448	-	6.448
Ativos em formação	6.496	-	6.496	6.448	-	6.448
Intangível Líquido	101.024	(70.990)	30.034	100.595	(69.880)	30.715

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência	Amortização	31/03/2019
Em serviço	191.135	-	376	(4.714)	186.797
Servidão	9.085	-	-	(168)	8.917
Concessão onerosa	7.239	-	-	(170)	7.069
Ativos da Concessão	162.106	-	-	(3.608)	158.498
Outros	12.705	-	376	(768)	12.313
Em Curso	6.448	424	(376)	-	6.496
Ativos em formação	6.448	424	(376)	-	6.496
Total	197.583	424	-	(4.714)	193.293

Controladora	31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência	Amortização	31/03/2019
Em serviço	24.267	-	376	(1.105)	23.538
Servidão	8.787	-	-	(168)	8.619
Concessão onerosa	7.239	-	-	(170)	7.069
Outros	8.241	-	376	(767)	7.850
Em Curso	6.448	424	(376)	-	6.496
Ativos em formação	6.448	424	(376)	-	6.496
Total	30.715	424	-	(1.105)	30.034

Consolidado e Controladora	31/12/2017	Adição	Capitalização/ Transferência	Amortização	31/03/2018
Em serviço	23.922	-	4.043	(1.123)	26.842
Servidão	9.461	-	-	(168)	9.293
Concessão onerosa	7.918	-	-	(170)	7.748
Outros	6.543	-	4.043	(785)	9.801
Em Curso	8.718	844	(4.043)	-	5.519
Ativos em formação	8.718	844	(4.043)	-	5.519
Total	32.640	844	-	(1.123)	32.361

A taxa de amortização média anual é de 19,95%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos desta norma, não reapresentou informações e saldos em base comparativa e considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de janeiro a março de 2019 foram imateriais.

a) Direito de Uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

Composição do saldo por classe de ativo identificado:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	01/01/2019	31/03/2019	01/01/2019
Imóveis	43.599	44.823	43.514	44.735
Veículos	14.887	16.379	13.449	14.810
	58.486	61.202	56.963	59.545

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.823	16.379	61.202
Amortização	(1.224)	(1.492)	(2.716)
Saldos em 31 de março de 2019	43.599	14.887	58.486

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.735	14.810	59.545
Amortização	(1.221)	(1.361)	(2.582)
Saldos em 31 de março de 2019	43.514	13.449	56.963

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	61.202	59.545
Juros incorridos	1.717	1.676
Pagamentos efetuados	(3.882)	(3.725)
Saldos em 31 de março de 2018	59.037	57.496
Passivo circulante	14.694	14.100
Passivo não circulante	44.343	43.396

(1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 7,96% a.a. a 13,17% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 26.

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Suprimento e transporte de energia elétrica	301.718	394.684	295.220	369.797
Materiais e serviços	42.306	90.042	33.867	66.317
	344.024	484.726	329.087	436.114

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS	14.798	18.348	10.192	13.387
PASEP	7.966	4.884	6.658	3.885
COFINS	35.607	22.149	30.717	18.742
INSS	4.391	4.895	3.846	4.046
ISSQN	1.075	1.752	870	1.369
Outros	5.179	5.636	4.506	5.024
	69.016	57.664	56.789	46.453
Não Circulante				
PASEP	642	628	583	576
COFINS	3.892	3.817	3.590	3.548
	4.534	4.445	4.173	4.124
	73.550	62.109	60.962	50.577

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 31/03/2019			Consolidado 31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	227	-	227	229
Eurobonds	2024	9,25%	USD	203.192	5.845.050	6.048.242	5.856.124
(-) Custos de Transação				-	(20.669)	(20.669)	(21.319)
(+/-) Recursos antecipados				-	(33.238)	(33.238)	(34.269)
Dívida em Moeda Estrangeira				203.419	5.791.143	5.994.562	5.800.765
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Caixa Econômica Federal	2021	TJLP + 2,50%	R\$	-	56.865	56.865	55.576
Caixa Econômica Federal	2022	TJLP + 2,50%	R\$	-	110.608	110.608	107.791
Dívida em Moeda Nacional				185	167.473	167.658	163.552
Total de Empréstimos e Financiamentos				203.604	5.958.616	6.162.220	5.964.317
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	339.395	675.350	1.014.745	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	18.090	16.277	34.367	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única	2021	140,00% do CDI	R\$	341.703	595.722	937.425	1.022.646
(-) Custos de Transação				(9.034)	(15.804)	(24.838)	(27.065)
Total de Debêntures				690.154	1.271.545	1.961.699	2.234.595
Total Geral				893.758	7.230.161	8.123.919	8.198.912

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 31/03/2019			Controladora 31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	227	-	227	229
Eurobonds	2024	9,25%	USD	203.192	5.845.050	6.048.242	5.856.124
(-) Custos de Transação				-	(20.669)	(20.669)	(21.319)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(33.238)	(33.238)	(34.269)
Dívida em Moeda Estrangeira				203.419	5.791.143	5.994.562	5.800.765
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				185	-	185	185
Total de Empréstimos e Financiamentos				203.604	5.791.143	5.994.747	5.800.950
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	339.395	675.350	1.014.745	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	18.090	16.277	34.367	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única	2021	140,00% do CDI	R\$	341.703	595.722	937.425	1.022.646
(-) Custos de Transação				(9.034)	(15.804)	(24.838)	(27.065)
Total de Debêntures				690.154	1.271.545	1.961.699	2.234.595
Total Geral				893.758	7.062.688	7.956.446	8.035.545

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas							
Euro	227	-	-	-	-	-	227
Dólar Norte Americano	203.192	-	-	-	-	5.845.050	6.048.242
Total por Moedas	203.419	-	-	-	-	5.845.050	6.048.469
Indexadores							
IPCA (1)	25.035	348.912	332.635	342.715	-	-	1.049.297
CDI (2)	256.600	340.412	340.413	-	-	-	937.425
TJLP (3)	-	48.062	96.125	23.286	-	-	167.473
Total por Indexadores	281.635	737.386	769.173	366.001	-	-	2.154.195
(-) Custos de Transação	(6.756)	(9.034)	(9.015)	(33)	-	(20.669)	(45.507)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(33.238)	(33.238)
Total Geral	478.298	728.352	760.158	365.968	-	5.791.143	8.123.919

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas							
Euro	227	-	-	-	-	-	227
Dólar Norte Americano	203.192	-	-	-	-	5.845.050	6.048.242
Total por Moedas	203.419	-	-	-	-	5.845.050	6.048.469
Indexadores							
IPCA (1)	25.035	348.912	332.635	342.715	-	-	1.049.297
CDI (2)	256.600	340.412	340.413	-	-	-	937.425
Total por Indexadores	281.635	689.324	673.048	342.715	-	-	1.986.722
(-) Custos de Transação	(6.756)	(9.034)	(9.015)	(33)	-	(20.669)	(45.507)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(33.238)	(33.238)
Total Geral	478.298	680.290	664.033	342.682	-	5.791.143	7.956.446

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada no 1º trimestre de 2019 %	Varição Acumulada no 1º trimestre de 2018 %	Indexador	Varição Acumulada no 1º trimestre de 2019 %	Varição Acumulada no 1º trimestre de 2018 %
Dólar Norte-Americano	0,57	0,48	IPCA	1,51	0,70
Euro	(1,42)	2,91	CDI	1,51	1,59
			TJLP	0,72	(3,57)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.198.912	8.035.545
Varição Monetária	17.454	13.348
Varição Cambial	32.847	32.847
Encargos Financeiros Provisionados	198.464	198.464
Amortização dos Custos de Transação	2.877	2.877
Encargos Financeiros Pagos	(92.036)	(92.036)
Amortização de Financiamentos	(234.599)	(234.599)
Saldos em 31 de março de 2019	8.123.919	7.956.446

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.320.163	8.323.098
Varição Monetária	13.117	13.117
Varição Cambial	15.928	15.928
Encargos Financeiros Provisionados	189.263	189.263
Amortização dos Custos de Transação	6.210	6.210
Encargos Financeiros Pagos	(127.739)	(127.739)
Amortização de Financiamentos	(286.838)	(286.838)
Subtotal	8.130.104	8.133.039
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	5.059	6.547
Saldos em 31 de março de 2018	8.135.163	8.139.586

Garantias

Em 31 de março de 2019 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig da seguinte forma:

	31/03/2019
Aval e Fiança	7.043.497
Recebíveis	467.473
Ações	612.722
Sem Garantia	227
TOTAL	8.123.919

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
Parajuru e Volta do Rio (3)	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento permanente foram atendidas em 31 de março de 2019.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Passivo				
Reserva Global de Reversão – RGR	2.526	4.523	-	1.996
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	6.431	5.804	3.674	3.737
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	52.813	38.346	52.813	38.346
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	893	851	708	686
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	8.079	6.631	8.079	6.631
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	2.467	1.668	2.023	1.187
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	131.775	139.986	124.696	132.348
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.419	997	1.151	732
	206.403	198.806	193.144	185.663
Passivo Circulante	154.944	139.457	146.748	131.615
Passivo Não Circulante	51.459	59.349	46.396	54.048

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	435.902	398.630	8.441	61.558	904.531
Despesa Reconhecida no Resultado	10.150	10.044	210	1.534	21.938
Contribuições Pagas	(9.334)	(6.083)	(139)	(554)	(16.110)
Passivo Líquido em 31 de março de 2018	436.718	402.591	8.512	62.538	910.359
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2018	456.211	515.889	10.374	94.372	1.076.846
Despesa Reconhecida no Resultado	10.348	12.253	249	2.264	25.114
Contribuições Pagas	(10.306)	(6.524)	(145)	(718)	(17.693)
Passivo Líquido em 31 de março de 2019	456.253	521.618	10.478	95.918	1.084.267
				31/03/2019	31/12/2018
Passivo Circulante				57.922	57.052
Passivo Não Circulante				1.026.345	1.019.794

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$21.668 (R\$17.863 no primeiro trimestre de 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$3.446 (R\$4.075 no primeiro trimestre de 2018).

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$143.089 (R\$147.540 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia

mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de março de 2019, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência dos déficits de 2015 e 2016 apurados no Plano A é de R\$85.341 (R\$85.417 em 31 de dezembro de 2018), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig GT ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 03 de abril de 2019, foi celebrado um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R\$40.356, com amortizações mensais até 2033. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2019
Trabalhistas	54.901	2.605	(1.438)	(2.603)	53.465
Cíveis	168	4	-	-	172
Tributárias	2.874	105	(441)	(30)	2.508
Regulatórias	2.521	1.011	-	(817)	2.715
Ambientais	48	1	-	-	49
Outras	38.196	1.256	(698)	(77)	38.677
Total	98.708	4.982	(2.577)	(3.527)	97.586

Controladora	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2019
Trabalhistas	54.035	2.605	(585)	(2.604)	53.451
Cíveis	168	4	-	-	172
Tributárias	2.874	105	(441)	(30)	2.508
Regulatórias	2.521	1.011	-	(817)	2.715
Ambientais	-	-	-	-	-
Outras	38.195	1.257	(699)	(76)	38.677
Total	97.793	4.982	(1.725)	(3.527)	97.523

Consolidado	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	48.964	4.841	-	(936)	52.869
Cíveis	251	33	-	(28)	256
Tributárias	9.046	5	-	-	9.051
Regulatórias	2.206	58	-	(1)	2.263
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	1.014	(2.022)	(25)	34.810
Total	96.310	5.978	(2.022)	(1.017)	99.249

Controladora	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	48.948	4.841	-	(936)	52.853
Cíveis	251	33	-	(28)	256
Tributárias	9.046	5	-	-	9.051
Regulatórias	2.206	58	-	(1)	2.263
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	1.014	(2.022)	(25)	34.810
Total	96.294	5.978	(2.022)	(1.017)	99.233

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações cont intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$159.476 (R\$164.362 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$53.465 (R\$54.901 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$36.187 (R\$36.391 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$2.508 (R\$2.874 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$21.939 (R\$21.146 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$2.715 (R\$2.521 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$140.208 (R\$139.844 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$38.677 foram provisionados (R\$38.412 em 31 de dezembro de 2018). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a

Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$65.223 (R\$64.786 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$66.187 (R\$71.554 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$334.797 (R\$330.390 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na análise dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$77.692 (R\$76.209 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$79.998 (R\$74.572 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é

determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$323.275 (R\$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão confirmada no julgamento do Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região. Contra este novo julgamento foi interposto recurso especial cuja admissibilidade aguarda apreciação.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$233.105 (R\$225.132 em 31 de dezembro de 2018). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$152.123 (R\$147.636 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$89.319 (R\$87.159 em 31 de dezembro de 2018).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$11.023 (R\$10.738 em 31 de dezembro de 2018), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$5.301 (R\$5.072 em 31 de dezembro de 2018). Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Capital Social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$2.600.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Lucro por ação – básico e diluído

O resultado por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2019	31/03/2018
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro líquido do período	583.216	247.278
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,2013	0,0854

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

24. RECEITAS

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.730.450	1.530.475	1.553.027	1.417.901
Receita de Transmissão – com impostos (b)	163.156	143.546	164.115	144.500
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	80.788	81.827	-	-
Receita de Construção (d)	28.087	1.063	28.087	1.063
Transações com energia na CCEE (e)	259.216	121.734	241.889	106.675
Receita de Indenização da Transmissão (f)	32.499	49.841	32.499	49.841
Receita de Indenização da Geração	-	17.245	-	17.245
Ressarcimentos contratuais	62.576	-	62.576	-
Outras receitas operacionais	47.393	13.267	22.888	18.895
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(449.289)	(396.514)	(405.482)	(366.736)
	1.954.876	1.562.484	1.699.599	1.389.384

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Mar/2019		Jan a Mar/2018		Jan a Mar/2019		Jan a Mar/2018	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.231.349	725.101	3.263.105	763.656	2.872.573	667.323	3.020.910	706.594
Comercial	919.215	203.351	684.255	167.808	911.151	200.277	684.255	167.808
Rural	504	126	-	-	504	126	-	-
Subtotal	4.151.068	928.578	3.947.360	931.464	3.784.228	867.726	3.705.165	874.402
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	24.432	-	(45.486)	-	23.700	-	(46.200)
	4.151.068	953.010	3.947.360	885.978	3.784.228	891.426	3.705.165	828.202
Suprim. Outras Concessionárias (2)	3.108.702	834.176	2.620.870	679.263	3.006.982	722.298	2.620.870	624.465
Suprimento não Faturado Líquido	-	(56.736)	-	(34.766)	-	(60.697)	-	(34.766)
	7.259.770	1.730.450	6.568.230	1.530.475	6.791.210	1.553.027	6.326.035	1.417.901

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente às obrigações de desempenho atendidas por operar e manter as redes e linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, adicionada ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo da concessão, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$5.596 no período de janeiro a março de 2019 (R\$2.927 no trimestre findo em 31 de março de 2018).

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 11 destas informações financeiras intermediárias.

(d) Receita de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho atendida por construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos de contrato. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$32.499 (R\$49.841 no trimestre findo em 31 de março de 2018) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 11 e 12

(g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Tributos sobre a Receita				
ICMS	140.742	136.586	124.853	126.316
COFINS	174.636	146.836	158.883	133.697
PIS-PASEP	39.073	31.874	34.494	29.025
ISSQN	1.778	548	794	548
	356.229	315.844	319.024	289.586
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	4.552	4.688	3.924	4.688
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	51.781	38.671	51.781	38.671
PROINFA	13.305	10.241	13.305	10.241
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	4.357	3.092	3.614	2.451
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	4.357	3.092	3.614	2.451
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.179	1.546	1.807	1.225
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.530	1.995	1.974	1.561
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	9.999	17.345	6.439	15.862
	93.060	80.670	86.458	77.150
	449.289	396.514	405.482	366.736

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Pessoal (a)	90.605	79.539	86.031	74.463
Participação dos Empregados no Resultado	15.289	4.590	15.229	4.590
Obrigações Pós-Emprego (Recuperação de Despesas)	21.668	17.863	21.668	17.863
Materiais	5.509	2.049	4.916	1.691
Serviços de Terceiros (b)	34.478	26.918	25.959	24.949
Depreciação e Amortização	44.406	36.549	36.294	36.508
Amortização dos direitos de uso de ativos	2.716	-	2.582	-
Provisões (c)	30.111	8.999	23.032	8.999
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	46.085	69.642	33.246	61.774
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	782.920	795.414	776.547	785.966
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	28.087	1.063	28.087	1.063
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	7.145	12.786	7.675	12.380
	1.109.019	1.055.412	1.061.266	1.030.246

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) - 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019 incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$11.648, correspondente à adesão de 78 empregados, registrado no resultado do exercício de 2018.

Reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras, a saber: verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019, no primeiro trimestre de 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$5.854, correspondente à adesão de 42 empregados.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Comunicação	944	640	827	616
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	6.450	2.112	4.105	3.051
Conservação e Limpeza de Prédios	7.030	7.165	5.330	5.744
Mão de Obra Contratada	1.756	1.439	366	1.439
Fretes e Passagens	596	338	596	338
Hospedagem e Alimentação	766	716	761	706
Vigilância	1.856	2.419	1.279	1.885
Consultoria	915	556	823	556
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	245	148	201	132
Tecnologia da Informação	530	1.903	452	1.688
Manutenção e Conservação de Veículos	63	69	52	63
Energia Elétrica	997	1.097	869	1.023
Meio Ambiente	3.285	1.502	2.424	1.243
Limpeza de Faixas	1.099	998	1.098	998
Serviços de Reprografia	244	379	201	351
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.587	678	1.552	678
Outros	6.115	4.759	5.023	4.438
	34.478	26.918	25.959	24.949

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	16.698	133	8.767	133
Perda estimada para Outros Créditos a Receber	-	453	-	453
Provisão (Reversão) para Contingências (nota 22)				
Trabalhistas	1.167	4.841	2.020	4.841
Cíveis	4	33	4	33
Tributárias	(336)	5	(336)	5
Regulatórias	1.011	58	1.011	58
Ambientais	1	27	-	27
Outras	558	(1.008)	558	(1.008)
	2.405	3.956	3.257	3.956
	19.103	4.542	12.024	4.542
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	11.008	4.457	11.008	4.457
	30.111	8.999	23.032	8.999

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Energia de curto prazo – CCEE (recuperação de despesas)	(5.313)	4.497	(6.610)	4.495
Energia adquirida no Ambiente Livre	831.814	856.293	831.814	854.842
Contratos Bilaterais	32.848	8.811	27.499	-
Créditos de PASEP/COFINS	(76.429)	(74.187)	(76.156)	(73.371)
	782.920	795.414	776.547	785.966

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Pessoal	1.799	93	1.799	93
Materiais	16.684	561	16.684	561
Serviços de Terceiros	9.592	313	9.592	313
Outros	12	96	12	96
	28.087	1.063	28.087	1.063

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Arrendamentos e Aluguéis	1.849	5.727	1.714	5.571
Propaganda e Publicidade	325	196	325	196
Subvenções e Doações	920	109	920	109
Despesa Concessão Onerosa	628	778	628	778
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	523	342	271	289
Anuidade CCEE	771	1.065	770	1.065
Seguros	1.216	952	952	952
Resultado na Desativação e Alienação de Bens	1.899	185	1.899	185
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.489	1.963	1.489	1.963
Outros (recuperação de despesas)	(2.475)	1.469	(1.293)	1.272
	7.145	12.786	7.675	12.380

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	8.772	10.397	4.022	7.163
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	5.698	3.147	1.544	1.929
Variação Monetária	3.553	4.436	3.546	4.436
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados a litígios	3.021	2.351	2.898	2.351
Rendas de Antecipação de Pagamento	128	5.366	65	3.758
Ganhos com Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap) (Nota 28)	152.311	97.517	152.311	97.517
Encargos de créditos com pessoas ligadas (Nota 27)	22.664	-	22.664	-
Outras	2.497	11.059	2.066	11.020
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(1.901)	(1.629)	(1.711)	(1.425)
	196.743	132.644	187.405	126.749
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos (Nota 18)	(198.464)	(189.263)	(198.464)	(189.263)
Amortização do custo de transação (Nota 19)	(2.877)	(6.210)	(2.877)	(6.210)
Variação Monetária – Forluz	(3.446)	(4.075)	(3.446)	(4.075)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos (Nota 19)	(17.454)	(13.117)	(13.348)	(13.117)
Variações Monetárias	(2.743)	(2.821)	(2.644)	(2.760)
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(32.847)	(15.928)	(32.847)	(15.928)
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes (Nota 7)	(541)	(2.844)	(541)	(2.844)
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(1.717)	-	(1.676)	-
Outras	(2.014)	(3.445)	(607)	(2.011)
	(262.103)	(237.703)	(256.450)	(236.208)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(65.360)	(105.059)	(69.045)	(109.459)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	536	-	-	-	-
Prestação de Serviços (2)	948	948	-	1.376	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	659.622	659.622	-	-	-	-
Valor a receber (3)	-	6.243	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Mútuo Partes Relacionadas (4)	369.221	408.114	-	-	7.706	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	5.669	52.873	64.111	6.158	8.552	(156.626)	(145.091)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	-	6.785	-	-	-	2.424	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	6.002	5.785	-	-	(17.433)	(18.999)
Prestação de Serviço (7)	1.570	1.792	-	-	3.459	3.172	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	90.664	90.664	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	130	130	-	-	4.531	3.967	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (7)	280	211	-	-	233	223	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	1.424	1.424	-	-	(4.135)	(4.629)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	748	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.718	5.718	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	-	1.303	-	-	(1.303)	(5.167)
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	-	515	-	-	-	(30.866)
Não Circulante								
Contas a receber (8)	671.858	594.323	-	-	77.534	9.111	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	226	230	-	-	(520)	(1.259)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	-	18	-	-	-	-
Prestação de Serviço (7)	97	90	-	-	327	319	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	374	403	403	15.427	15.584	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	1.473	1.460	-	-	(3.415)	(6.423)
Prestação de Serviço (7)	174	130	-	-	151	139	-	-
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	1.683	-	-	-	1.861	663	-	-
Operações com Energia Elétrica (5)	16.048	22.303	850	792	63.016	49.043	(7.054)	(5.991)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	36.051	53.038	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	201.742	159.616	-	-	4.593	1.535	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	28.372	21.498	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	28.502	27.876	-	-	(10.348)	(10.150)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (10)	-	-	-	-	-	-	(4.926)	(5.011)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(1.489)	(1.963)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	7.481	382	-	-	(2.322)	(3.272)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	427.751	428.335	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (12)	41.307	-	34.166	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	27.386	26.940	-	-	(12.502)	(10.254)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	504.710	499.323	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Refere-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016;
- Refere-se ao valor devolvido pela controladora Cemig em decorrência de ajuste no laudo de avaliação a valores contábeis da reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização;
- Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R\$400.000. Sua liquidação ocorrerá dezembro de 2019, acrescido de juros correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig H uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato. Em 13 de março de 2019 foram amortizados R\$46.599 reduzindo o saldo total para R\$369.221 em 31/03/2019;
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção;
- A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$672 milhões com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização financeira calculada pela variação de 150% a 155% do CDI. Parte do valor do contas a receber é oriunda dos novos TARDs assinados pela Cemig GT e Renova em 20 de fevereiro de 2019 para reconhecimento de dívidas contraídas pela Renova no montante total e atualizado em 31/03/2019 de R\$148.182, cuja liquidação está prevista para até 09 de julho de 2019 atualizada a 155% do CDI. O contas a receber possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 21);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034, estando esta em fase final de renovação), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses conforme preço de mercado (vide nota explicativa 16).
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Cemig Geração Itutinga	-	-	5.129	-
Cemig Geração Sul	-	-	5.694	-
Cemig Geração Leste	-	-	1.506	-
Aliança Geração	90.664	90.664	90.664	90.664
Outras	7.849	8.178	7.849	8.178
	98.513	98.842	110.842	98.842

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2019, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2019			31/12/2018		
				Cemig GT 0,34%	Demais controladas 11,85% (1)	Total (consolidado) 12,19%	Cemig GT 0,74%	Demais controladas 8,65% (1)	Total (consolidado) 9,39%
ETAU (2)	Debêntures Nota	108% do CDI	01/12/2019	35	1.213	1.248	75	870	945
LIGHT	Promissória Nota	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	-	-	54	620	674
CEMIG D	Promissória	151% do CDI	24/10/2019	184	6.449	6.633	397	4.599	4.996
				219	7.662	7.881	526	6.089	6.615

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos;

(2) ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2018
Remuneração	807	862
Participação nos Resultados	56	20
Benefícios Assistenciais	65	79
	928	961

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	31/03/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e Valores Mobiliários	2	36.586	36.586	28.312	28.312
Consumidores, Revendedores e Concessionários Transporte de Energia	2	1.127.871	1.127.871	956.059	956.059
Fundos Vinculados	2	18.232	18.232	90.710	90.710
Adiantamentos a Fornecedores	2	-	-	94.070	94.070
Valores a receber de partes relacionadas	2	1.042.893	1.042.893	921.288	921.288
Depósitos Vinculados a Litígios	2	376.486	376.486	374.374	374.374
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.426.044	2.426.044	2.408.930	2.408.930
Indenizações a Receber – Transmissão	3	1.321.961	1.321.961	1.296.314	1.296.314
		6.350.073	6.350.073	6.170.057	6.170.057
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2	310.540	310.540	297.561	297.561
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras – Bancos	2	129.438	129.438	96.876	96.876
Letras Financeiras do Tesouro	1	62.173	62.173	56.572	56.572
Debêntures	2	2.071	2.071	1.586	1.586
		504.222	504.222	452.595	452.595
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	965.646	965.646	813.335	813.335
Indenizações a Receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		1.781.848	1.781.848	1.629.537	1.629.537
		8.636.143	8.636.143	8.252.189	8.252.189
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(8.123.919)	(8.123.919)	(8.198.912)	(8.198.912)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(143.089)	(143.089)	(147.540)	(147.540)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ	2	(85.341)	(85.341)	(85.417)	(85.417)
Concessões a Pagar	3	(19.083)	(19.083)	(18.747)	(18.747)
Fornecedores	2	(344.024)	(344.024)	(484.726)	(484.726)
Adiantamento de Clientes	2	(12.601)	(12.601)	(40.267)	(40.267)
Arrendamentos (2)	2	(59.037)	(59.037)	-	-
		(8.787.094)	(8.787.094)	(8.975.609)	(8.975.609)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(430.156)	(430.156)	(419.148)	(419.148)
		(430.156)	(430.156)	(419.148)	(419.148)
		(9.217.250)	(9.217.250)	(9.394.757)	(9.394.757)

(1) Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 16.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classificam os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig GT.

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item “b) Instrumentos Financeiros – Derivativos”, desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 1,63% a 3,23%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de março de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é

mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$430.156 (R\$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor Justo	4.457
Saldo em 31 de março de 2018	316.050
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	11.008
Saldo em 31 de março de 2019	430.156

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 4,50% a 8,50% ao ano e volatilidade entre 21% e 81% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$408.334 e R\$456.376, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de março de 2019, no montante de R\$152.311 (ajuste positivo de R\$97.517 em 31 de março de 2018), registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar,

negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora dos instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 31/03/2019	Valor justo 2018 31/03/2019	Valor Conforme contrato 31/12/2018	Valor justo 31/12/2018
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	705.563	731.743	679.530	626.888
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	55.181	233.903	32.781	186.447
					760.744	965.646	712.311	813.335
Ativo circulante						75.496		69.643
Ativo não circulante						890.150		743.692

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread (opções) do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca de cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread (opções) do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

(2) Em milhares de US\$

A Companhia utiliza metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes.

O valor justo apurado em 31 de março de 2019 foi de R\$965.646 (R\$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 31 de março de 2019, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e possuem *accrual* de R\$760.744 em 31 de março de 2019 (R\$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do período contábil, em R\$ 1,2 bilhão referente à opção (call spread) e R\$ 71 milhões referentes ao swap, totalizando R\$ 1,3 bilhão.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 31/03/2019	Cenário provável	Cenário Possível Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 25%	Cenário Remoto Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 50%
Swap ponta ativa	6.170.480	6.112.816	5.064.330	4.109.765
Swap ponta passiva	(6.154.140)	(6.041.976)	(6.217.001)	(6.379.342)
Opção/Call Spread	949.306	1.217.052	608.889	101.359
Instrumento derivativo de hedge	965.646	1.287.892	(543.782)	(2.168.218)

Foram aplicados ao cálculo do valor justo estimado os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2019, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativos				
Equivalentes de Caixa - (nota 5) – CDI	310.540	297.561	238.432	223.247
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6) – CDI/Selic	230.268	183.346	6.545	14.631
Contas a Receber – Renova (nota 27) – CDI	671.858	507.038	671.858	507.038
Mútuo com partes relacionadas (nota 27) – CDI	369.221	408.114	369.221	408.114
Adiantamentos a Fornecedores – CDI	-	94.070	-	89.321
Fundos Vinculados – CDI	18.232	90.710	18.157	90.656
	1.600.119	1.580.839	1.304.213	1.333.007
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 19)	(937.425)	(1.022.646)	(937.425)	(1.022.646)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 19)	(167.473)	(163.367)	-	-
Adiantamento de Clientes – CDI (nota 7)	(12.601)	(40.267)	(12.601)	(40.267)
	(1.117.499)	(1.226.280)	(950.026)	(1.062.913)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	482.620	354.559	354.187	270.094

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de março de 2020, a taxa SELIC será de 6,5%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco – Alta nas Taxa de juros nacionais Consolidado	31/03/2019	31/03/2020		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,50%	Cenário Possível -25% SELIC 4,88%	Cenário Remoto -50% SELIC 3,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	310.540	330.725	325.679	320.633
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	230.268	245.235	241.494	237.752
Contas a Receber – Renova (nota 27)	671.858	715.529	704.611	693.693
Mútuo com partes relacionadas (nota 27)	369.221	393.220	387.221	381.221
Fundos Vinculados	18.232	19.417	19.121	18.825
	1.600.119	1.704.126	1.678.126	1.652.123
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 19)	(937.425)	(998.358)	(983.124)	(967.891)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 19)	(167.473)	(178.359)	(175.637)	(172.916)
Adiantamento de Clientes (nota 7)	(12.601)	(13.420)	(13.215)	(13.011)
	(1.117.499)	(1.190.137)	(1.171.976)	(1.153.818)
Ativo Líquido	482.620	513.989	506.150	498.305
Efeito Líq. da Variação das Taxas de Juros		31.369	23.530	15.685

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 11)	2.426.044	2.408.930	-	-
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 11)	1.321.961	1.296.314	1.321.961	1.296.314
	3.748.005	3.705.244	1.321.961	1.296.314
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(1.049.297)	(1.239.199)	(1.049.297)	(1.239.199)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(143.089)	(147.540)	(143.089)	(147.540)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(85.341)	(85.417)	(85.341)	(85.417)
	(1.277.727)	(1.472.156)	(1.277.727)	(1.472.156)
Ativo Líquido	2.470.278	2.233.088	44.234	(175.842)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de março de 2020, a taxa IPCA será de 3,62%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação Consolidado	31/03/2019	31/03/2020		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,62%	Cenário Possível -25% IPCA 2,71%	Cenário Remoto -50% IPCA 1,81%
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 11)	2.426.044	2.513.821	2.491.877	2.469.934
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 11)	1.321.961	1.369.791	1.357.834	1.345.877
	3.748.005	3.883.612	3.849.711	3.815.811
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 19)	(1.049.297)	(1.087.262)	(1.077.771)	(1.068.280)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(143.089)	(148.266)	(146.972)	(145.678)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(85.341)	(88.429)	(87.657)	(86.885)
	(1.277.727)	(1.323.957)	(1.312.400)	(1.300.843)
Ativo Líquido	2.470.278	2.559.655	2.537.311	2.514.968
Efeito Líquido da Variação da inflação		89.377	67.033	44.690

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	31/03/2019		31/12/2018	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	1.552.145	6.048.242	1.511.336	5.856.124
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	52	227	52	229
Passivo Líquido Exposto	1.552.197	6.048.469	1.511.388	5.856.353

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de março de 2020, será uma redução de 2,01% para o dólar (R\$3,8183) e um aumento de 1,00% para o Euro (R\$4,4197). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	31/03/2019	31/03/2020		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 3,8183 Euro 4,4197	Cenário +25% Dólar 4,7729 Euro 5,5246	Cenário +50% Dólar 5,7275 Euro 6,6296
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	6.048.242	5.926.554	7.408.231	8.889.908
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	227	229	287	344
Passivo Líquido Exposto	6.048.469	5.926.783	7.408.518	8.890.252
Efeito Líquido da Variação Cambial		(121.686)	1.360.049	2.841.783

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico “ Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Cemig GT apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	34.842	380.256	1.045.150	4.011.287	6.811.794	12.283.329
Concessões a pagar	220	432	1.859	8.514	13.919	24.944
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.663	5.323	24.288	142.695	9.815	184.784
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	813	1.635	7.448	43.734	104.232	157.862
Arrendamentos	1.294	2.588	11.644	32.467	104.416	152.409
	39.832	390.234	1.090.389	4.238.697	7.044.176	12.803.328
Pré-fixadas						
Fornecedores	340.070	3.932	22	-	-	344.024
	379.902	394.166	1.090.411	4.238.697	7.044.176	13.147.352

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2019, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$41.184.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada periodicamente.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em **quatro** grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
RF	Instituições cujo risco de crédito é do Governo Federal	-	Entre 6% e 9%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

- (1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos RF e A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Antecipação do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de março de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

d) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Total do Passivo	11.817.348	11.971.944	11.523.126	11.591.625
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(312.816)	(301.696)	(239.993)	(226.830)
Passivo Líquido	11.504.532	11.670.248	11.283.133	11.364.795
Total do Patrimônio Líquido	5.563.352	4.980.136	5.563.352	4.980.136
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,07	2,34	2,03	2,28

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de março de 2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização (1)	Total
ATIVO	14.592.550	2.698.688	89.462	17.380.700
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.257.192	-	-	4.257.192
ADIÇÕES AO SEGMENTO	22.497	-	-	22.497
ADIÇÕES AOS ATIVOS DE CONTRATO	-	28.087	-	28.087
RECEITA LÍQUIDA	1.783.080	140.429	31.367	1.954.876
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de Uso da Rede Básica de Transmissão	(46.085)	-	-	(46.085)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(782.920)	-	-	(782.920)
	(829.005)	-	-	(829.005)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(58.582)	(31.969)	(54)	(90.605)
Participação dos Empregados no Resultado	(8.828)	(6.461)	-	(15.289)
Obrigações Pós Emprego	(12.627)	(9.041)	-	(21.668)
Materiais	(4.676)	(833)	-	(5.509)
Serviços de Terceiros	(26.234)	(8.130)	(114)	(34.478)
Depreciação e Amortização	(44.406)	-	-	(44.406)
Amortização dos direitos de uso dos ativos	(1.773)	(943)	-	(2.716)
Provisões	(25.781)	(4.330)	-	(30.111)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(28.087)	-	(28.087)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(2.939)	(4.200)	(6)	(7.145)
	(185.846)	(93.994)	(174)	(280.014)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.014.851)	(93.994)	(174)	(1.109.019)
Resultado de Equivalência Patrimonial	36.679	-	-	36.679
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	804.908	46.435	31.193	882.536
Receitas Financeiras	181.237	14.598	908	196.743
Despesas Financeiras	(236.037)	(26.066)	-	(262.103)
Resultado antes do IR e CSLL	750.108	34.967	32.101	817.176
Imposto de Renda e Contribuição Social	(219.534)	(10.482)	(3.944)	(233.960)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	530.574	24.485	28.157	583.216

(1) Novo segmento operacional apresentado em função da aquisição de controladas no processo de reestruturação societária do Grupo Cemig, em dezembro de 2018.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por segmento, para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2019, é conforme segue:

	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.730.450	-	-	1.730.450
Receita de Transmissão – com impostos	-	163.156	-	163.156
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga	80.788	-	-	80.788
Receita de Construção	-	28.087	-	28.087
Transações com energia na CCEE	259.216	-	-	259.216
Receita de Indenização da Transmissão	-	32.499	-	32.499
Ressarcimento pela suspensão de fornecimento de energia	62.576	-	-	62.576
Outras receitas operacionais	7.260	6.557	33.576	47.393
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(357.210)	(89.870)	(2.209)	(449.289)
Receita Operacional Líquida	1.783.080	140.429	31.367	1.954.876

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 24.

DESCRIÇÃO	31 de março de 2018		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.519.189	2.661.883	16.181.072
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.760.661	-	4.760.661
ADIÇÕES AO SEGMENTO	87.265	-	87.265
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	1.063	1.063
RECEITA LÍQUIDA	1.423.212	139.272	1.562.484
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(795.414)	-	(795.414)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(69.642)	-	(69.642)
	(865.056)	-	(865.056)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(54.360)	(25.179)	(79.539)
Participação dos Empregados no Resultado	(2.936)	(1.654)	(4.590)
Obrigações Pós Emprego (recuperação de despesas)	(11.634)	(6.229)	(17.863)
Materiais	(1.495)	(554)	(2.049)
Serviços de Terceiros	(20.044)	(6.874)	(26.918)
Depreciação e Amortização	(36.549)	-	(36.549)
Provisões	(7.970)	(1.029)	(8.999)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(1.063)	(1.063)
Outros Custos e Despesas Operacionais, líquidos	(9.922)	(2.864)	(12.786)
	(144.910)	(45.446)	(190.356)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.009.966)	(45.446)	(1.055.412)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(31.230)	-	(31.230)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	382.016	93.826	475.842
Receitas Financeiras	124.433	8.211	132.644
Despesas Financeiras	(236.533)	(1.170)	(237.703)
Resultado antes do IR e CSLL	269.916	100.867	370.783
Imposto de Renda e Contribuição Social	(92.517)	(30.988)	(123.505)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	177.399	69.879	247.278

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por segmento, para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2018, é conforme segue:

	Geração	Transmissão	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.530.475	-	1.530.475
Receita de Transmissão – com impostos	-	143.546	143.546
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga	81.827	-	81.827
Receita de Construção	-	1.063	1.063
Transações com energia na CCEE	121.734	-	121.734
Receita de Indenização da Transmissão	-	49.841	49.841
Receita de Indenização da Geração	17.245	-	17.245
Outras receitas operacionais	5.423	7.844	13.267
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(328.479)	(68.035)	(396.514)
Receita Operacional Líquida	1.428.225	134.259	1.562.484

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras de 2018

Em 03 de maio de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e autorizou a destinação do Lucro Líquido de 2018 conforme proposta da Administração.

Reperfilamento da dívida da Renova

No âmbito da reestruturação financeira da Renova, em 3 de maio de 2019 foram assinados instrumentos de renegociação de dívida conforme apresentado a seguir:

- Banco Citibank S.A.: Proposta para reperfilamento de Cédula de Crédito Bancário de até R\$185.000, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência. A amortização do principal e o pagamento dos juros serão trimestrais. As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 40% dos dividendos da Chipley.
- Banco BTG Pactual S.A.: 2º e 1º aditivos aos instrumentos particulares de transação e confissão de dívida CD 8/17 e 14/17, respectivamente. O valor da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar da data da assinatura desse ativo. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI, que serão pagos durante todo o prazo da dívida em parcelas trimestrais, sem nenhum período de carência. A principal garantia dessa operação é a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

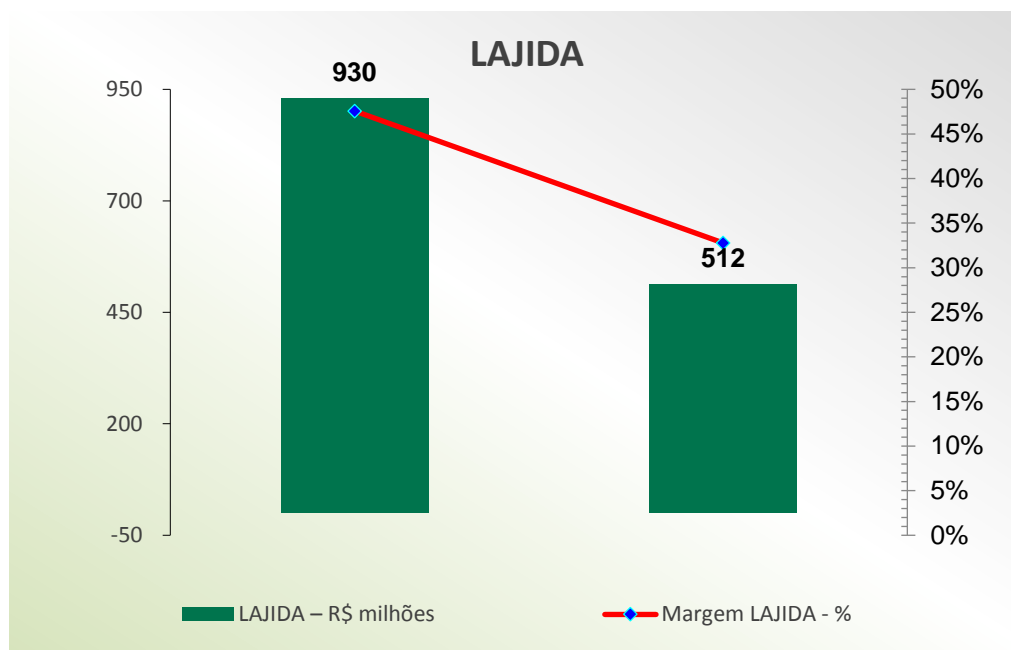
Lucro líquido do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2019, um lucro líquido de R\$583.216 em comparação ao lucro líquido de R\$247.278 no mesmo período de 2018. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas informações contábeis intermediárias.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 81,44% no primeiro trimestre de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	31/03/2019	31/03/2018	Var %
Lucro líquido do período	583.216	247.278	135,85%
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	233.960	123.505	89,43%
+ Resultado Financeiro Líquido	65.360	105.059	(37,79%)
+ Amortização e Depreciação	47.122	36.549	28,93%
= LAJIDA	929.658	512.391	81,44%



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no período de janeiro a março de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, deve-se, principalmente, ao crescimento de 25% nas receitas operacionais em comparação ao menor aumento, de 4,22%, das despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização. Adicionalmente, houve aumento de 217,45% no resultado de equivalência patrimonial. A margem do LAJIDA passou de 32,79% no primeiro trimestre de 2018 para 47,56% no primeiro trimestre de 2019.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	31/03/2019			31/03/2018		
	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	3.231.349	725.101	224,40	3.263.105	763.656	234,03
Comercial	919.215	203.351	221,22	684.255	167.808	245,24
Rural	504	126	249,78	-	-	-
Subtotal	4.151.068	928.578	223,70	3.947.360	931.464	235,97
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	24.432	-	-	(45.486)	-
	4.151.068	953.010	229,58	3.947.360	885.978	224,49
Suprim. Outras Concessionárias	3.108.702	834.176	268,34	2.620.870	679.263	259,17
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(56.736)	-	-	(34.766)	-
	7.259.770	1.730.450	-	6.568.230	1.530.475	-

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$ 1.730 milhões no primeiro trimestre de 2019 em comparação a R\$1.530 milhões no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 13,07%, decorrente, essencialmente, do aumento de 10,53% na quantidade de MWh comercializada.

Receita de transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$163.156 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R\$143.546 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 13,66%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2018, os reajustes da RAP foram de 4,00% e 3,30%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$32.499 no primeiro trimestre de 2019, comparado a R\$49.841 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 34,79%.

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base no IPCA e no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

Em julho de 2018 a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME sofreu um reajuste negativo de 23,2%.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$259.216 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R\$121.734 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 112,94%. Esta variação decorre, principalmente, da maior alocação de garantia física, associada a GSFs maiores no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, aumentando a sobra de energia. Essa sobra, por sua vez, foi valorizada ao PLD mais elevado, em relação ao mesmo período de 2018, contribuindo para o aumento da variação da receita da Companhia nas transações com a CCEE.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$449.289 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R\$396.514 no mesmo período de 2018, apresentando um crescimento de 13,31%, em linha com a variação das receitas de fornecimento e transmissão de energia.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE), cujos pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL, tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$51.781 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R\$38.671 no mesmo período de 2018. A TUSD-CDE das transmissoras é homologada juntamente à aprovação do orçamento da CDE, que ocorre anualmente e cujo ciclo de vigência é o ano civil. A TUSD-CDE que passou a vigorar a partir de janeiro de 2019 sofreu um aumento de 40%, aprovado pela REH nº 2.510/2018.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.109.019 no primeiro trimestre de 2019 em comparação a R\$1.055.412 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 5,08%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25 das informações contábeis intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$782.920 no primeiro trimestre de 2019, comparados a R\$795.414 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 1,57%. Esta variação decorre da redução de 9,59% no volume de energia comprada no primeiro trimestre de 2018 (4.796.727 MWh) comparado ao mesmo período de 2018 (5.305.723 MWh), parcialmente compensada pelo aumento de 33,30% no preço médio do MWh (R\$199,85 no primeiro trimestre de 2018 e R\$149,92 no mesmo período de 2018).

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$90.605 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R\$79.539 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 13,91%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, em função de Acordo Coletivo;
- aumento de 3,37% no número médio de empregados, sendo 1.335 no primeiro trimestre de 2018 em comparação a 1.380 no primeiro trimestre de 2019.
- reconhecimento, no primeiro trimestre de 2019, de custo com programas de desligamento voluntário no montante de R\$5.854.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$28.087 no primeiro trimestre de 2019 em comparação a R\$1.063 no mesmo período de 2018. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. O aumento nesse custo se deve, essencialmente, ao calendário das obras da Transmissão para o ciclo 2018-2025, que foram aprovadas em 2017 e tiveram pequena realização em 2018. As obras começaram a ser concluídas no final de 2018, apresentando valores maiores em 2019.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$21.668 no primeiro trimestre de 2019 em comparação a uma despesa de R\$17.863 no mesmo período de 2018. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo, e consequentemente, da despesa.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$30.111 no primeiro trimestre de 2019 comparados a R\$8.999 no mesmo período de 2018, gerando um aumento de 234,60% decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Constituição de provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em função, especialmente, da piora na condição financeira de cliente com representatividade na carteira.
- Aumento de 146,98% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$11.008 milhões no primeiro trimestre de 2019, em comparação à R\$4.457 no mesmo período de 2018. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 28.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial de R\$36.679 no primeiro trimestre de 2019 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$31.230 no mesmo período de 2018. As perdas reconhecidas no primeiro trimestre de 2018 decorreram, principalmente, dos prejuízos apurados pelas investidas Renova e Santo Antônio Energia. Não foram reconhecidas perdas relacionadas ao investimento na Renova no primeiro trimestre de 2019, já que este foi baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida. Adicionalmente, o resultado negativo com equivalência patrimonial da Santo Antônio Energia sofreu uma redução de 74,28% no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13.

Receitas (despesas) financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$65.360 milhões no primeiro trimestre de 2019 e R\$105.059 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 37,79%. Essa redução decorreu, principalmente, do crescimento dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$152.311 no primeiro trimestre de 2019, em comparação a R\$97.517 no mesmo período de 2018. Essa variação positiva decorreu do crescimento do dólar futuro, que resultou na valorização das opções (call spread) e do ativo, bem como da redução da curva DI (ponta passiva), contribuindo para aumentar o seu valor justo.

Adicionalmente, houve redução de 53,67% da amortização dos custos de transação no primeiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, em razão da antecipação de contratos de dívida, bem como da amortização das debêntures – 6º emissão, 1ª série.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no primeiro trimestre de 2019, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$233.960 em relação ao lucro de R\$817.176 antes dos efeitos fiscais, representando 28,63% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$123.505 em relação ao lucro de R\$370.783 antes dos efeitos fiscais, representando 32,29% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9d das informações contábeis intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Paulo Mota Henriques
Diretor de Geração e Transmissão

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria sem denominação específica,
interina e cumulativamente

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Gestão Empresarial,
interina e cumulativamente

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de março de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 13, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada em conjunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja forma e conteúdo nas informações intermediárias são requeridas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 15 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0